



## Ensaio

### **A internacionalização do ensino superior e a educação como serviço**

#### **The internationalization of higher education and education as a service**

#### **La internacionalización de la educación superior y la educación como servicio**

**Rosemeire Aparecida Bom Pessoni\*<sup>1</sup>, Arquimedes Pessoni\*\*<sup>2</sup>**

\*Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo – SP, \*Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul – SP, Brasil

#### **Resumo**

A internacionalização do ensino, no contexto da globalização e como um serviço educacional é o foco desse artigo. A partir da década de 1990 tem-se uma visão da educação como serviço, regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e o da concepção de transnacionalização frente à da soberania do Estado-nação. Nesse processo, as universidades têm sido direcionadas a se integrarem às demandas da reestruturação produtiva do capital, reguladas pela lógica de mercado na gestão dos sistemas de ensino superior. Os processos de internacionalização e globalização, bem como alguns aspectos da Educação Superior no Brasil, foram destacados, tendo como suporte teórico os seguintes autores, que, também têm se dedicado ao assunto e foram utilizados para a discussão: Azevedo (2015, 2016); Carvalho e Gonçalves Neto (2004); Dias (2012); Ferreira (2012); Fonseca, Esteves e Iorio (2015); Lombas e Sobral (2016); Morosini (2014) e Sguissardi (2008). Em última análise, o que se espera do desafio imposto à educação é que se consiga desenvolver nos estudantes competências para participar e interagir num mundo global, altamente competitivo que valoriza o ser flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã. Nesse sentido, as políticas educacionais também têm sido alvo de acalorados debates e caminhado numa estreita relação com as transformações da sociedade do conhecimento.

#### **Abstract**

The internationalization of teaching, in the context of globalization and as an educational service is the focus of this article. From the 1990s onwards, there is a vision of education as a service, regulated by the World Trade Organization (WTO) and that of the concept of transnationalization vis-à-vis the sovereignty of the nation-state. In this process, universities have been directed to integrate themselves with the demands of productive capital restructuring, regulated by the market logic in the management of higher

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0080-7846>. E-mail: [rosemeire.pessoni@uol.com.br](mailto:rosemeire.pessoni@uol.com.br).

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1050-3405>. E-mail: [arquimedes.pessoni@uol.com.br](mailto:arquimedes.pessoni@uol.com.br).

education systems. The internationalization and globalization processes, as well as some aspects of higher education in Brazil, were highlighted, having as theoretical support the following authors who have also been dedicated to the subject and were used for the discussion: Azevedo (2015, 2016); Carvalho and Gonçalves Neto (2004); Dias (2012); Ferreira (2012); Fonseca, Esteves and Iorio (2015); Lombas and Sobral (2016); Morosini (2014) and Sguissardi (2008). Ultimately, what is expected from the challenge imposed on education is that students will be able to develop skills to participate and interact in a global, highly competitive world that values being flexible, creative, capable of finding innovative solutions to the problems of tomorrow. In this sense, educational policies have also been the subject of heated debates and have been closely related to the transformations of the knowledge society.

### Resumen

El tema central de este artículo es la internacionalización de la enseñanza, en el contexto de la globalización y como servicio educativo. A partir de la década de 1990, existe una visión de la educación como servicio, regulada por la Organización Mundial del Comercio (OMC) y la del concepto de transnacionalización frente a la soberanía del Estado-nación. En este proceso, las universidades se han dirigido a integrarse con las demandas de reestructuración del capital productivo, reguladas por la lógica del mercado en la gestión de los sistemas de educación superior. Se destacaron los procesos de internacionalización y globalización, así como algunos aspectos de la educación superior en Brasil, teniendo como soporte teórico a los siguientes autores que también se han dedicado al tema y fueron utilizados para la discusión: Azevedo (2015, 2016); Carvalho y Gonçalves Neto (2004); Dias (2012); Ferreira (2012); Fonseca, Esteves e Iorio (2015); Lombas y Sobral (2016); Morosini (2014) y Sguissardi (2008). En última instancia, lo que se espera del desafío impuesto a la educación es que los estudiantes podrán desarrollar habilidades para participar e interactuar en un mundo global y altamente competitivo que valora ser flexible, creativo, capaz de encontrar soluciones innovadoras a los problemas del mañana. En este sentido, las políticas educativas también han sido objeto de acalorados debates y han estado estrechamente relacionadas con las transformaciones de la sociedad del conocimiento.

**Palavras-chave:** Educação, Ensino Superior, Internacionalização.

**Keywords:** Education, Higher Education, Internationalization.

**Palabras claves:** Educación, Educación Superior, Internacionalización.

### Introdução

Para construir o conhecimento é necessário ter liberdade, ou seja, uma sociedade baseada no conhecimento deve ser uma sociedade livre e democrática (TEDESCO, 2012, p. 86).

As transformações que têm ocorrido nas últimas décadas, impulsionadas pelo fenômeno da globalização, têm promovido alterações substanciais na forma de conceber a universidade e o exercício das suas finalidades. Nesse processo, as universidades têm sido direcionadas a se integrarem às demandas da reestruturação produtiva do capital, reguladas pela lógica de mercado na gestão dos sistemas de ensino superior, associada a uma mutação do papel do Estado (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004; FERREIRA, 2012). Esse panorama já havia sido apontado por Santos (2005), que salientou que o aprofundamento da crise das universidades estava vinculado pela perda de prioridade do bem público

universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas.

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais nada, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento económico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (SANTOS, 2005, p.141).

A educação superior no Brasil já segue as demandas de mercado, evidenciado pelo número de matrículas e pela expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas em detrimento das IES públicas. Verifica-se que a maioria dos estudantes pode ser considerada consumidora de educação, ou por pagar suas mensalidades ou por ser financiada pelo governo em programas de bolsas, a exemplo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores (SANTOS, 2005, p.146).

Ainda assim, o ensino superior está reservado a uma parcela minoritária da população. Dessa forma, aliados às questões básicas pertinentes às universidades, como sua missão, seu papel e público-alvo, seus métodos e organização, acrescenta-se a preocupação com a privatização, internacionalização e comercialização dos seus serviços, inclusive dentro do setor público. A aceitação da mercantilização é motivada, muitas vezes, pela falta de recursos e financiamento no setor educacional, como já apontado por Dias (2012).

Hoje, aconteceu, em escala mundial, uma mudança sutil. Reconhece-se a importância da educação superior como instrumento para se manter o poder na sociedade do conhecimento em que este é mais importante do que a produção, mas enfrentam todos os governos, mesmo os dos países ricos e industrializados, dificuldades financeiras que os levam a reduzir investimentos em educação. Todos esses fatores explicam a aceitação, inclusive por instituições públicas, da adoção de uma lógica de comercialização (DIAS, 2012, p.54).

Nesse particular, Siqueira (2002 *apud* CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004) já havia relatado que, desde a década de 1980, o Banco Mundial tem se empenhado na diminuição da participação do Estado, a partir da redução de seus gastos com educação e saúde. Ainda, no relatório do BM de 2002 havia uma clara indicação para redução de investimento nas universidades públicas e a ampliação do mercado universitário (SANTOS, 2005). Esse direcionamento foi um dos fatores que abriu espaço para que a educação pudesse ser vista como um grande setor de investimentos e lucros.

Outro fator que permitiu a mudança de paradigma na educação, passando de um bem público para privado é explicitado por Carvalho e Gonçalves Neto (2004) e reproduzido a seguir:

Preocupados com as orientações dadas pelos organismos internacionais, a respeito da educação superior, no ano de 1998, representantes de 180 países se reúnem em Paris, a fim de aprovarem a Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: visão e ação. Definiram no artigo 14 a educação como um serviço público e, portanto, baseada nas necessidades sociais, incluindo o respeito às culturas e a proteção do meio ambiente (artigo 6º). A Declaração parte do princípio de que o acesso à educação, inclusive no ensino superior, é um direito humano, não podendo ser tratada como mercadoria. Entretanto, algumas semanas antes do início da (CMES) Conferência Mundial sobre Educação Superior na UNESCO, em Paris, o secretariado da OMC (Organização Mundial do Comércio) definia novas regras e princípios para o ensino superior, totalmente na contramão do que seria discutido e aprovado pelos participantes da CMES. A decisão da OMC de incluir o ensino superior como um dos doze setores do serviço incluídos no AGCS (GATS em inglês) – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços representa, na realidade, um elemento a mais na transformação que se opera no mundo desde 1989, quando do advento do fim da Guerra Fria e do início de uma era de pensamento único e de domínio das economias hegemônicas sobre as culturas dos povos periféricos. O chamado GATS pretende liberar as transações globais de serviços e acabar com potenciais barreiras para o comércio entre países (CARVALHO; GONÇALVES NETO, 2004, p.44).

Pelo exposto anteriormente, a inclusão da educação como um setor de serviço pelo GATS, possibilitou a educação comercial transnacional como a prestação e o consumo de serviços educacionais internacionais e a presença comercial e de pessoas físicas no exterior (MOROSINI, 2014). A transnacionalização se caracteriza pela oferta de cursos que atravessam fronteiras, seja nas modalidades presenciais ou à distância, e operacionalizada por organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro (AZEVEDO, 2015).

Morosini (2014) também indicou algumas formas de transações comerciais na educação, a saber:

- 1) A provisão de um serviço que cruza fronteiras, como o ensino a distância e as universidades virtuais.
- 2) O consumo no exterior, envolvendo o movimento do consumidor ao país onde o serviço é oferecido, como estudantes em viagens para outros países para estudar.
- 3) A presença comercial em outro país, quando a instituição estabelece bases reais em outro local para oferecer o serviço.
- 4) A presença de profissionais estrangeiros, como professores e pesquisadores, responsáveis pela prestação dos serviços.

No Brasil, particularmente, ainda que o país não tenha oferecido qualquer compromisso de abertura comercial para prestadores

estrangeiros de serviços educacionais junto à OMC ou outro acordo comercial internacional, o setor privado da educação superior já se encontra significativamente liberalizado, sem dispositivos legais que limitem ou proíbam a presença no país do capital estrangeiro. Ao ingressarem, os investidores educacionais estrangeiros sujeitam-se ao mesmo quadro regulatório educacional ao qual estão submetidas as instituições nacionais de ensino superior. Mais do que isso, o conjunto do setor privado educacional com fins lucrativos cresce continuamente no país, com o ingresso dos principais grupos educacionais internacionais por meio da aquisição de instituições domésticas, além da participação ou do controle de grupos educacionais brasileiros com capital aberto na bolsa de valores por fundos de investimentos estrangeiros (TASQUETTO, 2014, p.4).

Destarte, não é de surpreender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, sendo essa a tendência da sociedade capitalista (SGUISSARDI, 2008). Assim, para desviar a atenção da contradição entre educação como um bem público e direito de todos e a educação como serviço e com finalidade de gerar lucros, Goergen (2010) relata a ocorrência do conceito “bem público global”, frequentemente usado pelos organismos internacionais.

Aqui cabe uma pausa para a reflexão efetuada por Dias Sobrinho (2003) sobre esse termo:

Da mesma forma que o Banco Mundial, a UNESCO agora também se refere à educação superior utilizando a dúbia expressão “bem público global” [...] De bem global a serviço global, a despeito das palavras, talvez haja um simples passo. Se a educação superior é um bem global, não no sentido de que seja um patrimônio do homem universal, mas sim como algo que abdica de seu sentido de compromisso com o projeto nacional e se expande livremente por sobre as fronteiras físicas e ideológicas, então ela é suscetível de ser livremente oferecida, comercializável como qualquer outro bem ou serviço. Assim o bem comum facilmente pode se converter em propriedade individual, o público acaba se privatizando (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 26).

Outra faceta da globalização diz respeito ao envolvimento das instituições de ensino com as empresas multinacionais e governos para a geração e desenvolvimento de inovações tecnológicas e o enfoque às estratégias globais de propriedade intelectual (LOMBAS; SOBRAL, 2016).

Duarte *et al.* (2012) também verificaram que, em concomitância à globalização econômica, política e cultural, aumentou o interesse dos governos e dos acadêmicos pela internacionalização das instituições de ensino superior, como uma das formas de diferenciação, melhorar a visibilidade e reputação e captar recursos financeiros. Além disso, a internacionalização realça a importância das IES nas suas funções de produzir e transmitir o conhecimento, ocasionando o aumento da circulação transnacional de ideias e o movimento das universidades em direção aos mercados em expansão (KNIGHT, 2008 *apud* LOMBAS; SOBRAL, 2016).

Ainda, segundo Lombas e Sobral (2016), o efeito da globalização no Ensino Superior, em especial nas IES estabelecidas em países avançados, passou a orientar sua expansão em direção ao exterior com uma visão mercadológica, com a comercialização de processos, produtos, serviços educacionais e a atração de estudantes e pesquisadores.

A internacionalização de IES e a mobilidade acadêmica não são um fenômeno recente. A dimensão internacional da IES faz parte de sua qualidade e, neste trabalho concorda-se com a visão de Dias (2012), que a internacionalização deve ser implantada com base na solidariedade e igualdade entre os membros participantes. Além disso, conforme ressaltado por Azevedo (2016):

A internacionalização é historicamente construída e necessita de atores sociais comprometidos e de iniciativas, incentivos, movimentos e políticas de Estado e autoridades regionais para sua emulação, financiamento e efetivação (AZEVEDO, 2016, p. 85).

Diante disso, vinculado aos acordos internacionais, geralmente estabelecidos por blocos econômicos regionais, a exemplo da União Europeia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (Apec) e do Mercosul, tem-se fomentado a cooperação entre as IES dos países envolvidos, além de promover programas de cooperação e a mobilidade acadêmica (DUARTE *et al.*, 2012). Outra organização de destaque é a *International Association of Universities*<sup>3</sup> (IAU), filiada à UNESCO, como fórum global para discussões de interesse comum às IES, com o objetivo de desenvolver políticas, diretrizes, prospecção e monitoramento de atividades de internacionalização em universidades de todos os continentes.

O aumento da mobilidade internacional dos estudantes, enquanto uma das facetas da internacionalização tem sido um processo muito relevante à nível mundial, notando-se igualmente a proliferação de esforços regionais para incrementá-la (FONSECA; ESTEVES; IORIO, 2015, p. 138).

Nesse particular, os esforços para a internacionalização do ensino e, em especial, do ensino superior devem ser pautados pela cooperação e colaboração. Os governos, a partir das políticas governamentais e as instituições, em última instância, precisam desenvolver estratégias para que esse processo, voltado para o conhecimento, seja científico, tecnológico ou inovação, seja compartilhado entre todos os atores. Ainda, que esse processo tenha um caráter intercultural, favorecendo do diálogo entre os povos. Faz-se necessário, então, conhecer e aprender com as diferentes formas de internacionalização.

Dentre os diversos acordos internacionais voltados para a educação podem ser citados o Processo de Bolonha, o Programa *Erasmus*, em que os alunos frequentam universidades estrangeiras para completar a sua formação, o Programa *Erasmus Mundus*, destinado a promover a mobilidade entre a União Europeia (UE) e países terceiros, ou ainda o Programa Alfa, com o intuito de

---

<sup>3</sup>Disponível em: <http://www.iau-aiu.net/content/association>. Acesso em 27 mar. 2020.

estimular a cooperação entre os países da União Europeia e da América Latina (FONSECA; HORTAS, 2011). O Processo de Bolonha, em particular, edificou um espaço europeu de ensino superior que viabilizou a internacionalização das universidades e teve como finalidade a livre movimentação dos indivíduos entre os países (mobilidade acadêmica), abertura de novos campos de trabalho, crescimento do conhecimento e conseqüentemente do desenvolvimento da Europa (DE NEZ; DE NEZ; TANIRA, 2013). O Processo de Bolonha teve seu início no projeto de integração da educação superior a partir de princípios aprovados por ministros da educação de 29 países europeus em reunião, na cidade de Bolonha, em 1999. A cronologia de sua implantação está apresentada no Quadro 1.

**Quadro 1.** Cronologia do Processo de Bolonha.

Data	Documento	Descrição/Intenções
1988	Carta Magna	Documento das universidades europeias onde afirmam que o futuro da humanidade, neste fim de milênio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico das universidades.
1998	Declaração de Sorbonne	Pretendeu harmonizar a arquitetura do Sistema Europeu do Ensino Superior.
1999	Declaração de Bolonha	Documento oficial chamado de Declaração Conjunta, marca a formalização da ideia da transformação do ensino superior na Europa.
2001	Comunicado de Praga	Intitulado Rumo ao Espaço Europeu do Ensino Superior, reafirmando o compromisso do estabelecimento da Declaração de Bolonha até 2010.
2003	Comunicado de Berlin	Teve como foco a realização do Espaço Europeu do Ensino Superior.
2005	Comunicado de Bergen	Destaque para o Espaço Europeu do Ensino Superior e resposta aos desafios de um mundo globalizado.
2007	Comunicado de Londres	Espaço Europeu do Ensino Superior e a resposta aos desafios de um mundo globalizado eram a sua preocupação.
2009	Comunicado de Leuven/Louvain-la-Neuve	Apresentou a análise do Processo de Bolonha 2020 e o Espaço Superior na nova década.
2010	Declaração de Budapeste-Viena	Reunião comemorativa do EEES, mas não especificamente uma reunião ministerial como as outras.
2012	Comunicado de Bucareste	Consolidação do Espaço Europeu do Ensino Superior.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de De Nez; De Nez e Tanira (2013, p.5).

Conforme Santos e Almeida Filho (2008, p. 146), o Processo de Bolonha compreende: um modelo de ensino superior único para os países associados; um programa de incentivo à mobilidade acadêmica internacional com possibilidade de livre movimento dos indivíduos dentro do ensino entre os membros associados; um sistema de avaliação e credenciamento de instituições de ensino; a padronização e o compartilhamento de créditos acadêmicos; a adoção de uma arquitetura curricular comum. Ainda, segundo esses mesmos autores, a estrutura curricular baseia-se em três ciclos. Primeiro ciclo:

bacharelado/ licenciatura; segundo ciclo: mestrado acadêmico/profissionalizante; terceiro ciclo: doutorado.

O primeiro ciclo é composto pelos estudos iniciais e abrangentes, não possuindo formação profissional (é considerado educação pré-profissional) e tem duração de três anos. O segundo ciclo são os cursos profissionalizantes, voltadas para formação do especialista, iniciando também a formação de pesquisadores e docentes de nível superior com duração de dois anos. O terceiro ciclo é instituído o Doutorado de pesquisa, com duração de três a quatro anos (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

A estrutura curricular em três ciclos para o ensino superior é igual para todos os países-membros que aderiram ao Processo de Bolonha. Esse fato torna mais fácil a mobilidade acadêmica e é um dos pontos positivos do processo. Além disso, facilita o aproveitamento de créditos entre todas as universidades (DE NEZ; DE NEZ; TANIRA, 2013).

De Nez, De Nez e Tanira (2013) também salientaram que o Processo de Bolonha e as recentes políticas de Educação Superior no mundo influenciaram a reforma da educação superior no Brasil, a exemplo da criação dos bacharelados interdisciplinares e do perfil transnacional de algumas universidades federais, como a Universidade Internacional de Integração Lusófona Afro-Brasileira - UNILAB, criada em julho de 2010, com a proposta de integrar os países de língua portuguesa da Europa, Ásia, África e América Latina e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, criada em 2010.

Essa visão também foi compartilhada por Franco e Morosini (2012), que ainda reforçaram as mudanças na arquitetura acadêmica das IES.

A partir do avanço da internacionalização e de seu fortalecimento pelos meios de comunicação e ligações virtuais, as arquiteturas acadêmicas ganharam espaço no âmbito brasileiro. A nova expressão emerge no caudal da massiva influência internacional incrementada pelo processo de Bolonha, que marca o ES europeu e que encontra ressonância no Brasil, passando a ser usada como expressão linguística impregnada de sentido. É uma mudança na forma organizativa institucional que parece caminhar *pari passu* com as pressões para ingresso na educação superior e para a mobilidade acadêmica. Tais pressões se revelam como via de fortalecimento para a disseminação de valores e padrões culturais europeus: mobilidade de estudantes, cursos de graduação e de pós-graduação ofertados sequencialmente em diversos países da Europa para estudantes estrangeiros, entre outras ações de cunho estratégico (FRANCO; MOROSINI, 2012, p.178).

Outras ações governamentais também demonstraram, ao longo do tempo, o direcionamento para a internacionalização das IES, como a criação do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), em 1988, e o estabelecimento de uma política de “qualificação no exterior”, com os programas de bolsas de estudo no exterior, geridos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pode ser citado, mais recentemente, o Programa Ciência sem Fronteiras que aumentou a abrangência do governo nesse sentido (LAUS;

MOROSINI, 2005; FONSECA; ESTEVES; IORIO, 2015; LOMBAS; SOBRAL, 2016)

Na visão de Marinho, Polidori e Ono (2012), o Brasil aderiu fortemente à concepção neoliberal, influenciada pelos organismos internacionais, principalmente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Com relação à Educação Superior, Morosini (2014) aponta que além do desenvolvimento de IES eficientes e empreendedoras, a política educacional tem sido marcada pelo incentivo à internacionalização, pela expansão acelerada e pela privatização.

Um marco regulatório importante dentre as políticas educacionais, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, instituída para a educação brasileira a partir dos anos finais do século XX. A LDB/96 estabeleceu os níveis de Educação Básica e de Educação Superior, esta última regulada pela União – que autoriza, reconhece, credencia, supervisiona e avalia os cursos. Na Educação Superior, além dos cursos graduação e de pós-graduação *lato sensu* – aperfeiçoamento e especialização – e *stricto sensu* – mestrado e doutorado, também preconizou a organização acadêmica dos cursos de extensão e sequencial. Nesse particular, muitas críticas são efetuadas por se tratar de um tipo de organização centrada no aligeiramento de oferta e no produtivismo mercadológico (FRANCO; MOROSINI, 2012). Outro ponto de crítica, pós LDB, também destacado pelas autoras, foi o centrado no caráter expansionista das IES, principalmente como força privatizadora do público e da publicização do particular.

As atividades de ensino executadas por organizações com fins lucrativos também foram regulamentadas nos decretos Decreto nº 2.306, de 17 de agosto de 1997, e o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, aumentando a expansão mercantil da educação e favorecidas pelo financiamento das IES particulares por agentes privados e públicos (inclusive pelo BNDES) e por programas federais de financiamento direto a estudantes de graduação como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos - PROUNI (AZEVEDO, 2015).

Polanyi (2000 *apud* AZEVEDO, 2015, p.87) tem uma visão negativa da ação de entidades privadas na educação. Segundo esse autor, mesmo em se tratando de uma atividade promotora da solidariedade, da coesão e da integração (falando sobre a educação), pelo fato de ser executado por organizações privadas com fins lucrativos, ainda que por concessão pública e com qualidade certificada, ao ser tratada como mercadoria, “a educação tem um efeito contrário, erodindo as relações humanas baseadas na solidariedade, fraternidade, coesão, unidade e integração”.

Entretanto, a expansão do ensino superior no Brasil foi focada nas instituições privadas, como observados por Franco e Morosini (2012).

A Educação Superior do Brasil, que teve um processo de expansão e consolidação entre 1930 e 1970, principalmente via instituições públicas, o que se inverteu ao longo dos anos, tanto

que, na década de 1990, a expansão centrada no setor privado ocorreu de forma mais enfática; o declínio do financiamento das instituições públicas que se relaciona com a política neoliberal de educação, tendo por base a implementação de reformas que pretendem um modelo diversificado, controlado pela avaliação e focado na expansão (FRANCO; MOROSINI, 2012, p.183).

Para exemplificar a evolução das IES privadas, no período compreendido entre 2008 e 2018, a rede privada cresceu 59,3%. Em 2018 o Censo da educação superior contabilizou 2.238 IES privadas no Brasil e somente 299 IES públicas (BRASIL, 2019<sup>4</sup>). Do total de alunos 3,4 milhões de ingressaram em cursos de Educação Superior de graduação, sendo que desse total, 83,1% em instituições privadas.

Esses números demonstram a dimensão do atendimento da educação superior pela iniciativa privada no Brasil, que é considerada uma das mais mercantilizadas do mundo. Essa expansão consolida o ensino superior privado, possibilitando compras, vendas e fusões de estabelecimentos educacionais (LOPES; VALLINA; SASSAKI, 2018). Constata-se também, como anteriormente apontado por Goergen (2010), que o número de vagas oferecidas ainda não supre a demanda da população. Também é importante lembrar que o ensino superior privado é uma concessão do Estado e que está sob regulação e avaliação do MEC, embora esses mecanismos não tenham condições efetivas de fiscalizar os padrões de qualidade acadêmica. Assim, percebe-se uma heterogeneidade marcante entre as diferentes IES privadas, com muitas instituições possuindo um ensino de baixa qualidade e não realizando investigação científica e projetos de extensão (tripé da educação). Como resultado, acabam por contribuir também para o crescimento das desigualdades sociais, uma vez que são nessas IES que os alunos oriundos do ensino médio público acabam ingressando por meio do PROUNI ou FIES (DIAS SOBRINHO, 2010).

Considerando ainda o panorama pós LDB/1996, que propiciou a expansão e as mudanças e se refletiram na organização acadêmica da Educação Superior brasileira, também se verifica que houve um favorecimento das políticas regulatórias, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), das políticas de cotas a partir de 2006 e dos movimentos de internacionalização (FRANCO *et al.*, 2010).

Internacionalização, empreendedorismo, diversificação, financiamento, empréstimos e bolsa de valores representam os novos rumos da educação superior que encontram abrigo em documentos de organizações internacionais, como a OCDE e a UNESCO, e se materializam na forma de acordos de livre comércio e convênios entre instituições de ensino superior, colocando-as diante de novos objetivos e exigências, em termos de organização e estratégias (GOERGEN, 2010, p. 896).

---

<sup>4</sup> BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 26 mar 2020.

Uma vez que as instituições de ensino superior fazem parte e atuam no mundo globalizado, Justino (2009) tem relatado a importância das estratégias de internacionalização como forma de adaptação a essa realidade. Mesmo sentido ressaltado por Goergen (2010):

Há, portanto, que separar os sentidos da globalização. Na medida em que internacionalização parece um movimento necessário e irreversível no contexto do mundo contemporâneo, a transnacionalização, ao contrário, representa um risco que assola e ameaça o futuro da educação superior, porquanto coloca em risco o seu sentido de autonomia e pertinência social, o único a lhe conferir legitimidade e aceitação social. Nestes termos, poderíamos, então, dizer que o grande desafio que a internacionalização e a sociedade do conhecimento colocam é forjar um modelo de Educação Superior capaz de inovar, de transformar-se e participar tanto da transformação da realidade local e nacional, quanto de conectar-se às tendências internacionais de mundialização nos campos da pesquisa, tecnologia e formação profissional (GOERGEN, 2010, p. 901).

A internacionalização nas IES brasileiras tem se caracterizado pela presença de atividades em alguns setores, geralmente junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e, principalmente, por meio do intercâmbio de alunos, professores e de convênios (MOROSINI, 2006).

Ainda que uma IES conte com políticas e estratégias bem definidas, a sua internacionalização, somente se concretiza mediante as ações, como os acordos acadêmicos. As ações internacionais devem estar relacionadas e conectadas às atividades acadêmicas da instituição. Pesquisas científicas e publicações conjuntas, por exemplo, não se efetivam porque um acordo foi assinado, mas resultam dessas interações (KNIGHT, 2011; DUARTE *et al.*, 2012), embora se reconheça que cada atividade internacional do pesquisador/professor acarreta, em alguma medida, maior internacionalização da IES (ROMANI-DIAS; CARNEIRO; BARBOSA, 2017).

A qualidade da Educação Superior na perspectiva da internacionalização prevê um cunho qualitativo, analisando princípios, atores, estratégias, relações e foco da internacionalização [...] implica capacitar atores (alunos, docentes e funcionários), construir redes, baseadas numa política de diálogo, estendidas às IES com inclusão democrática e participação da sociedade, e confiança mútua, na captação e compartilhamento de recursos (MOROSINI, 2014, p. 399).

A efetividade do processo de internacionalização de uma IES pressupõe ações e metas planejadas para todos os seus âmbitos de atuação. Justino (2009, p. 55) elaborou um quadro que apresenta as ações por âmbito de atuação e atores envolvidos, que possibilitam a inserção internacional das IES (Quadro 2).

**Quadro 2.** Ações de Internacionalização por âmbito de atuação das IES.

Âmbito de atuação	Atores envolvidos	Práticas
Gestão Universitária	Gestores	Troca de informações e experiências, participação em fóruns de discussão, programas de capacitação, assessorias, consultorias. Todos voltados para o desenvolvimento de uma política de cooperação internacional.
Graduação	Estudantes	Realização de programas de mobilidade acadêmica de curta duração (um semestre), cursos de dupla titulação, formação complementar, cursos profissionalizantes, atividades profissionais remuneradas ou não, cursos de línguas estrangeiras, estágios profissionais, entre outros.
	IES	A ampliação de oferta de cursos, a atualização e a inovação curricular, a modernização dos métodos e práticas de ensino, tanto feito com a saída dos professores brasileiros ao exterior tanto com a presença de professores estrangeiros aqui no Brasil.
Pós-Graduação	Estudantes Docentes	Identificação de informações e editais sobre bolsas de estudos e oportunidades, e especialmente, deve usar os canais internos de comunicação para assegurar que a informação esteja atingindo o público interessado. A instituição deve ser tomada como referência para a obtenção de dados e de informações corretas e pontuais sobre as possibilidades de qualificação no exterior.
	IES	Cooperação para a formação e para o fortalecimento do corpo da pós-graduação, buscando as melhores oportunidades de qualificação no exterior, sejam elas bolsas de estudos para mestrados e doutorados, doutorados sandwich, ou, em se tratando de fortalecimento, a inclusão de professores estrangeiros nos cursos de pós-graduação, oferta de cursos em parceria, módulos internacionais desenvolvidos no país e no exterior, programas bilaterais de formação e de investigação.
Pesquisa	Estudantes Docentes (Pesquisadores)	Formação de pesquisadores, a mobilidade, a permuta de informações, a realização de eventos científicos, o desenvolvimento de centros de pesquisa, a melhoria da infraestrutura, aquisição de equipamentos para pesquisa, a participação em redes de investigação até as atividades de transferência de tecnologia, projetos conjuntos de pesquisa, tudo pode e deve ser feito com a participação de agentes, de recursos e de instituições internacionais.
Extensão	Gestores Docentes Estudantes	Difusão das ações culturais, com grupo folclórico, apresentações culturais de grupos estrangeiros na universidade, programas de educação continuada, veiculação internacional universidade-empresa,

		participação em organizações estrangeiras, e, acima de tudo, oferta de curso com vistas ao desenvolvimento regional e nacional com a participação de competências estrangeiras.
--	--	---

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados de Justino (2009, p.55).

Por conseguinte, alguns pontos podem ser salientados na construção da internacionalização da IES, como apontado por Dewey e Duff (2009 *apud* ROMANI-DIAS; CARNEIRO; BARBOSA, 2017, p.4): (i) Pesquisa e ensino de professores, que envolvem, por exemplo, as participações destes em redes e eventos, como congressos acadêmicos, suas publicações internacionais e suas atuações como visitantes; (ii) Currículo, por meio da introdução de padrões internacionais nos planos de ensino dos cursos da instituição; (iii) Programas de estudos no exterior. Nessa categoria estão atividades como intercâmbio de estudantes.

### Considerações Finais

Como já ressaltado, a partir da década de 1990, tem-se uma visão da educação como serviço, regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e o da concepção de transnacionalização frente à da soberania do Estado-nação. Nesse contexto de expansão de mercado transnacional, o Brasil tem sido considerado como consumidor de serviços, sendo necessário atentar para que as negociações regulatórias considerem as características regionais e a soberania do Estado-nação, lembrando que essas relações podem envolver tanto a cooperação como a dominação. Diante do panorama apresentado, a internacionalização tem sido considerada como parte integrante da qualidade das IES e tem a potencialidade de exercer um papel importante na construção de uma identidade local e no desenvolvimento socioeconômico. Então, cabe ser fundamentada e implantada com base na solidariedade e na igualdade.

### Referências

AZEVEDO, Mauro Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil. **Rev. Inter. Educ. Sup.** [RIESup] Campinas, v.1, n.1, p. 86-102, 2015.

AZEVEDO, Mauro Luiz Neves de. A educação superior em tempos de internacionalização: cinco mitos, nove enganos e cinco verdades. In: **Internacionalização da Educação: Discursos, práticas e reflexos sobre as políticas educativas**. Cunha, C.; Souza, J.V. e Silva, M.A. (org.). 1º. Ed. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019.

Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2018-notas\\_estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf). Acesso em: 26 mar 2020.

CARVALHO, Carlos Henrique de.; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Globalização e Estado: As iniciativas de transnacionalização da educação. **Série-Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande, MS, n. 18, p. 33-48, 2004. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/469>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DE NEZ, Evandro.; DE NEZ, Egesleine; TANIRA, Vania. A Internacionalização da educação superior nos programas de pós-graduação brasileiros. **XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113116?show=full>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior sem fronteiras. Cenário da globalização: bem público, bem público global, comércio transnacional? **Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, v.8, n. 4, p.9-29, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. Inovações na educação superior: Tendências mundiais. *In: Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel (org.). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década – Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012.*

DUARTE, Roberto Gonzales; CASTRO, José Márcio; CRUZ, Ana Luíza Albuquerque; MIURA, Irene K. O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de instituições de ensino superior. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 343-370, 2012. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/38981>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: De FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, 2012.

FONSECA, Maria Lucinda; ESTEVES, Alina; IORIO, Juliana. Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior: Os alunos universitários brasileiros em Portugal. *In: Peixoto, J., Padilla, B. Marques, JC; Góis, P. (org.). Vagas atlânticas: migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI. Lisboa: Editora Mundos Sociais, p. 149-175, 2015.* Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279925006>. Acesso em: 27 mar. 2020.

FONSECA, Maria Luconda; HORTAS, Maria João. International Students in Portugal. *In: Canadian Diversity*, v. 8:5, p. 98-104, 2011. Disponível em: [http://www.metropolis.net/pdfs/cdn\\_diversity\\_mobilestudnt.pdf](http://www.metropolis.net/pdfs/cdn_diversity_mobilestudnt.pdf). Acesso em: 27 mar. 2020.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai.; MOROSINI, Marília Costa; OLIVEN, Arabela Campos; DEUS, Maria Alba Pereira de; ZANETTINI RIBEIRO, Cristina. Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: Tensões e desafios. **Série-Estudos. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, n. 30, p. 117-139, 2010.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. Marcos regulatórios e arquiteturas acadêmicas na expansão da educação superior brasileira: Movimentos indutores. **Revista Educação em Questão**, Natal, RN, v. 42, n. 28, p. 175-198, 2012.

GOERGEN, Pedro. Educação superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc. [online]**, v.31, n.112, p.895-917. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300013>. Acesso em: 27 mar. 2020.

JUSTINO, E. Internacionalização nas instituições de ensino superior: estratégia ou modismo. **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v.2, n.2, p.38-60, 2009.

KNIGHT, Jane. Five myths about internacionalization. **Internation Higher Education**, Boston: CIHE, n.62, p.14-15, 2011. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8532>. Acesso em 15 fev. 2021.

LAUS, Sonia Pereira; MOROSINI, Marília Costa. Internacionalización de la educación superior en Brasil. In: WIT, H. (org.). **Educación Superior em América Latina: la dimensión internacional**. Colombia, v.1, p. 113-154, 2005.

LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia; SASSAKI, Yoshiko. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: Considerações para o debate. **Interfaces Científicas**. Educação, Aracaju, SE, v.6, n.2, p. 29-44, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/4249/2650>. Acesso em: 27 mar. 2020.

LOMBAS, Maria Luiza de Santana; SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Brain circulation e a internacionalização da produção do conhecimento: A experiência brasileira. In: **Internacionalização da Educação: Discursos, práticas e reflexos sobre as políticas educativas**. Cunha, C.; Souza, J.V. e Silva, M.A. (org.). 1º. Ed. Belo Horizonte, Fino Traço, p.19-45, 2016.

MARINHO, Claisy; POLIDORI, Marlis; ONO, Nathan. Democratização e expansão da educação superior no Brasil. In: Leite, D.; Fernandes, C.B.; Broilo, C.L. (org.). **Qualidade da educação superior: avaliação e implicações para o futuro da universidade**. (Série Qualidade da Educação Superior, v.6). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, PR, n. 28, p. 107-124, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. Avaliação. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/135908>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ROMANI-DIAS, Marcello; CARNEIRO, Jorge Manoel Teixeira.; BARBOSA, Aline dos Santos. A Internacionalização de instituições de ensino superior: proposição de modelo conceitual a partir do papel dos pesquisadores. In: **XLI Encontro da ANPAD - EnANPAD 2017**, São Paulo, p:1-18, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 137-202, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza.; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade do século XXI: Para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.

PESSONI, R. A. B.; PESSONI, A. *A internacionalização do ensino superior e a educação como serviço*.

TASQUETTO, Lucas da Silva. **Educação e comércio internacional: impactos da liberalização comercial dos serviços sobre a regulação da educação superior no Brasil**. Tese de doutorado. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, SP, 2014.

TEDESCO, Juan Carlos. Inovações na educação superior: experiências na América Latina Universidade e democratização do conhecimento. In: SPELLER, P.; ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, pp 85 – 93, 2012.

Enviado em: 15/abril/2020 | Aprovado em: 09/setembro/2020